**JUSTIFICATIVA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

**PARECER DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2019**

**DISPENSA Nº 013/2019 – ART. 24, INC. II DA LEI 8.666/93**

**EMENTA :** Dispensa de Licitação visando a necessidades de contratação de oficinas de ballet e futebol para o Centro de Referência em Assistência Social.

Inicialmente cumpre sinalar que a realização de licitação é regra para a Administração Pública. O ordenamento jurídico, contudo, lista exceções à regra geral, permitindo a contração direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

É dever de ofício primordial a consideração acerca da cautela a ser adotada com relação à possibilidade de optar pela contratação direta, pois a Lei de Licitações aponta como **ilícito penal** dispensar licitação fora das hipóteses autorizadas legalmente ou não observar as formalidades prescritas na norma jurídica aplicável à espécie.

Há informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, na medida das disponibilidades para o ano corrente conforme consta no processo, para realizar a presente contratação, destacando-se que nas cotações realizadas o valor mínimo mensal para a oficina de brinquedoteca foi de R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) e total de R$ 8.550,00 (oito mil quinhentos e cinquenta reais), ofertados por JULIANA MARIA DE LIMA 07607785663, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 33.209.939/0001-10, com sede na Praça dos Pioneiros, nº 10, Bairro Centro, Desterro do Melo, Minas Gerais, CEP: 36.210-000; e o valor mínimo para oficina de futebol foi orçado em R$ 700,00 (setecentos reais) mensais e total de R$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), ofertados por LUCAS ANTUNES FERREIRA 13699596648, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 33.232.619/0001-80, com sede na Praça Carlos Jaime, nº 90, Bairro Centro, Desterro do Melo, Minas Gerais, CEP: 36.210-000.

O valor total da contratação proposta enquadra-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea “a” e no art. 24, inc. II, da Lei nº. 8.666/93, mencionando a dispensa de licitação para contratação de serviços e compras com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação.

Destaca-se que a alínea “a” do art. 24, inc. II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, foi alterado pelo Decreto 9.412/2018, publicado no DOU de 19/06/2018, que corrigiu os valores nos seguintes termos:

***Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:***

***I - ...***

***II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:***

***a) na modalidade convite - até R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);***

...

Sendo assim passou a vigorar que é DISPENSÁVEL a licitação quando o valor para compras for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, “a”, R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), ou seja, o valor máximo de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

*Art.24. É dispensável a licitação:*

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;* [*(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)*](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9648cons.htm#art24ii)

Nota-se que o valor da contratação esta dentro do limite previsto em lei, com isto, objetivamos atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação.

Nas palavras do Doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236):

*“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.”*

Há de se destacar ainda a natureza da contratação, que busca oferecer à comunidade oficinas de brinquedoteca e futebol, integrando principalmente crianças e jovens com finalidade de promoção do esporte e espaço lúdico, além de oferecer uma oportunidade de prática de exercício físico e intelectual, o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, a percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social dos munícipes atendidos pelo Centro de Referência em Assistência Social do Município.

Neste ponto surge a ponderação de buscar formas legais para atender às expectativas de contratação sem ferir a Lei de Licitações e sem premir a competitividade.

Há de se destacar que realizar uma licitação no presente caso iria com certeza onerar os serviços, demandando tempo, gastos de pessoal e materiais, entre outros, indo de encontro à celeridade e economia que está sendo feita com a presente dispensa, destacando-se que o valor total a ser contratado.

A lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório. Assim, com fundamento nos artigos supracitados da Lei nº. 8.666/93, alterada pelo Decreto 9.412/2018, esta Comissão de Licitação apresenta a justificativa para ratificação e demais considerações que por ventura se fizerem necessárias, considerando ainda que as empresas apresentaram regularidade fiscal e financeira devidamente atualizada, no tocante a:

*01) Cartão CNPJ;*

*02) Certificado de microempreendedor;*

*03) CPF e RG dos representantes de cada empresa;*

*04) Certidão de Tributos Federais;*

*05) Certidão de Tributos Estaduais;*

*06) Certidão de Tributos Municipais;*

*07) Certidão do FGTS;*

*08) Certidão Trabalhista;*

*09) Certidão Judicial.*

Nestes termos reconhece a Comissão de Licitações a realização do presente Processo de Dispensa, pugnando pela ratificação e assinatura dos contratos com a referida empresa.

Desterro do Melo, 15 de abril de 2019.

Simone Simplício Coelho

*Presidente da Comissão de Licitações*

Flávio da Silva Coelho Rafaela Dornelas Couto

*Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações*